



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

## TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇO

### 1. OBJETO

1.1 Prestação de serviço de monitoramento e clipping de matérias jornalísticas sobre o **Ministério Público do Rio Grande do Sul** e áreas de interesse veiculadas nas mídias impressa, eletrônica e digital; e serviço de monitoramento de informações veiculadas em jornal, revista, rádio, TV e internet sobre a Defensoria Pública do RS e sobre o Tribunal de Justiça do RS para efeitos comparativos de análise de mídia com o clipping do Ministério Público do RS.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Serviço de monitoramento e clipping de matérias jornalísticas sobre o <b>Ministério Público do Rio Grande do Sul</b> e áreas de interesse veiculadas nas mídias impressa, eletrônica e digital; e serviço de monitoramento de informações veiculadas em jornal, revista, rádio, TV e internet sobre a <b>Defensoria Pública do RS</b> e sobre o <b>Tribunal de Justiça do RS</b> para efeitos comparativos de análise de mídia com o clipping do Ministério Público do RS	12 meses

1

1.2 O objeto da contratação caracteriza-se como:

- comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima - art. 6º, XIV, da Lei 14.133/2021).

### 1.3 O serviço enquadra-se no seguinte tipo:

- ☐ Serviço (escopo, prazo certo e não continuado)
- ☐ Serviço sob demanda contínuo (prazo certo e continuado)
- ☒ Serviço contínuo.

Justificativa: O serviço de monitoramento e clipping de matérias jornalísticas é essencial para o acompanhamento diário da imagem institucional do Ministério Público. Por sua natureza ininterrupta, regular e estratégica, exige execução constante e periódica, sem possibilidade de interrupção, o que caracteriza sua continuidade.

2

---

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, a contar do dia útil seguinte à disponibilização da Súmula no Diário Oficial.

1.5 A contratação poderá ser prorrogada, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, por se tratar de serviço continuado.

Justificativa: O serviço de monitoramento e clipping de mídias deve ser considerado continuado por envolver atividades essenciais e ininterruptas para o acompanhamento diário da imagem institucional do Ministério Público do RS. Sua execução exige regularidade e periodicidade, com entregas constantes, o que caracteriza a necessidade de manutenção sem interrupções. A descontinuidade comprometeria a análise estratégica de mídia e a atuação institucional, justificando seu enquadramento como serviço continuado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O acesso às matérias veiculadas em jornais, revistas, rádio, televisão e internet sobre as demandas da população do Rio Grande do Sul são fundamentais para subsidiar as decisões do Ministério Público do Rio Grande do Sul no desenvolvimento de ações que atendam à sociedade.

A sociedade está em constante transformação e as políticas públicas precisam acompanhar essas mudanças. Nesse sentido, a instituição precisa estar diariamente informada sobre as questões sociais e políticas que estão pautando a mídia, a fim de buscar atender as necessidades da população com atuação pertinente à sua competência.

Além disso, o clipping, realizado de forma sistemática e ininterrupta, é instrumento essencial para bom desenvolvimento dos trabalhos do Gabinete de Comunicação do MPRS, orientando a formulação de estratégias de comunicação adequadas, e fornecendo subsídios para avaliação da comunicação da instituição com a população – um direito constitucional do cidadão –, propiciando a realização de ajustes na forma e no conteúdo, quando necessário.

Trata-se, também, de material essencial para avaliar a forma como a instituição é percebida externamente, assim como para subsidiar decisões estratégicas de todas as áreas, viabilizando avaliação mais precisa do trabalho realizado, interferindo na manutenção ou alteração de planejamentos, inclusive de prevenção, se for o caso.

Seguindo os preceitos da gestão estratégica, modelo de governança adotado pelo Ministério Público há mais de uma década, a análise de concorrentes é fundamental para



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

o estabelecimento de critérios, bem como para a busca de dados, indicadores e informações que validam a tomada de decisão.

Nesse sentido, o monitoramento de instituições concorrentes ao Ministério Público, ou seja, que atuam em pontos comuns, como o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e Defensoria Pública do Estado, é essencial como parâmetro e para comparativo de valor às inserções do MPRS. Como exemplo de aplicabilidade do serviço, destacamos que o Ministério Público, mesmo atuando em trabalho remoto devido à pandemia, teve um acréscimo de inserções na mídia de 9%. Esse dado, de significativa importância, converte-se em atributo estratégico para a tomada de decisão quando comparamos a participação, nos veículos de comunicação, de instituições que também integram o Sistema de Justiça.

Essa qualificação dos dados assegura mais qualidade ao trabalho de análise de mídia, assim como na identificação de oportunidades e necessidades de aperfeiçoamento que podem ser alcançadas por meio de ajustes na estratégia.

4

Os veículos definidos nesse Termo de Referência, além de fontes de informação, são meios importantes de difusão das informações geradas pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, a possibilidade de identificar, através do material clipado, diferentes opiniões e tratamentos dados pelos veículos de imprensa a uma mesma notícia são indispensáveis para se obtenha o real impacto de um fato ou ação do MPRS na esfera pública.

Destacamos, ainda, que o serviço de clipping é prática usual nas instituições públicas e privadas, pois além de servir como fonte de informação, oferece dados para estabelecimento de diretrizes e estratégias de atuação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diante do exposto, considerando que o serviço não pode sofrer solução de continuidade e, também, para manter nos arquivos da Assessoria de Imprensa todas as reportagens e entrevistas veiculadas na mídia que façam referência direta ou indireta ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, torna-se necessária a contratação do serviço de clipping.

### 3. SOLUÇÃO

A solução foi definida em Estudo Técnico Preliminar, constante do presente procedimento.

### 4. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

5

#### 4.1 Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- ☐ O serviço CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constantes.
- ☐ O serviço CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- ☒ O serviço NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

#### 4.2 Pré-qualificação

- ☒ Não há serviços pré-qualificados.
- ☐ Há serviços pré-qualificados (art. 6º, XLIV e art. 80, § 5º, da Lei nº 14.133/21).

#### 4.3 O serviço possui as seguintes especificações:

##### 4.3.1. SERVIÇOS:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- a) Monitoramento de matérias jornalísticas sobre o Ministério Público do Rio Grande do Sul, veiculadas diariamente em jornais e revistas (clipping impresso), em rádio e televisão (clipping eletrônico) e em portais, sites e blogs (clipping digital), inclusive nos finais de semana e feriados, para disponibilização aos membros e servidores do MPRS.
- b) Contratação de serviço de monitoramento de matérias veiculadas nas mídias impressa, eletrônica e digital sobre a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para efeitos comparativos de análise de mídia.
- c) Da seleção de material (clipping impresso, eletrônico e digital) deverão constar notas, notícias, entrevistas, matérias, reportagens, artigos, editoriais, colunas, cartas de leitores e outros textos informativos e opinativos e comunicados das concorrentes listadas anteriormente, abrangendo todas as editorias dos veículos pesquisados.

#### 4.3.2. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO:

6

##### 4.3.2.1. Características do **clipping impresso**:

- a) A clipagem dos jornais e revistas deve, obrigatoriamente, ser realizada a partir de suas versões impressas. A Contratada deverá estar apta a apresentar o fac-símile (PDF) da página inteira do veículo em que houve publicação selecionada para o Ministério Público do Rio Grande do Sul.
- b) O material clipado deve conter, pelo menos, as seguintes informações:
  - Nome veículo
  - Data da publicação
  - Página
  - Editoria
  - Texto em formato html
  - Link para do fac-símile da página (PDF)
  - Data e horário da inserção no *site* da contratada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

c) O clipping dos *jornais* e *revistas* deverá ser enviado, através de newsletter, em formato html, com link para as páginas em PDF, até às 08h00, de segunda a domingo, para os e-mails indicados pela Assessoria de Imprensa.

4.3.2.2. Características do **clipping eletrônico**:

a) O clipping dos veículos eletrônicos deve ser feita em tempo real, com intervalo de até 30 minutos entre a publicação do material no veículo e a sua disponibilização para o Ministério Público do Rio Grande do Sul.

b) O material clipado deve conter, pelo menos, as seguintes informações:

- Nome do veículo
- Data e horário da veiculação
- Manchete do conteúdo veiculado
- Link para player
- Data e horário da inserção no *site* da contratada

c) O clipping de **rádio** deverá ser enviado, através de newsletter, em formato html, com link para o player de reprodução das matérias, em formato MP3, em até 30 minutos após sua veiculação, de segunda a domingo, para os e-mails indicados pela Assessoria de Imprensa.

d) O clipping de **televisão** deverá ser enviado, através de newsletter, em formato html, com link para o player de reprodução das matérias, em formato MP4, em até 30 minutos após sua veiculação, de segunda a domingo, para os e-mails indicados pela Assessoria de Imprensa.

4.3.2.3. Características do **clipping digital**:

a) O clipping dos **veículos digitais** deve ser feita em tempo real, com intervalo de até 30 minutos entre a publicação do material no veículo e a sua disponibilização para o Ministério Público do Rio Grande do Sul.

b) O material clipado deve conter, pelo menos, as seguintes informações:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Nome do veículo
- Data e horário da publicação
- Manchete do conteúdo veiculado
- Conteúdo publicado
- Link para o *screenshot* da página original (PDF)
- Link para o site de origem da matéria
- Data e horário da inserção no *site* da contratada

c) O clipping de portais/sites/blogs deverá ser enviado, através de newsletter, com texto em formato html, com link para o *screenshot* da página original (PDF) e para o site de origem da matéria, em até 60 minutos após sua veiculação, de segunda a domingo, para os e-mails indicados pela Assessoria de Imprensa.

c) O clipping de *redes sociais* deverá ser enviado, através de newsletter, com texto em formato html, com link para o site de origem da matéria, em até 60 minutos após sua veiculação, de segunda a domingo, para os e-mails indicados pela Assessoria de Imprensa.

8

#### **4.3.3. SELEÇÃO DO MATERIAL (CLIPPING IMPRESSO, ELETRÔNICO E DIGITAL):**

a) Da seleção deverão constar notas, notícias, entrevistas, matérias, reportagens, artigos, editoriais, colunas, cartas de leitores e outros textos informativos e opinativos e comunicados do Ministério Público do Rio Grande do Sul, abrangendo todas as editorias dos veículos pesquisados.

b) O foco da clipagem deverá recair sobre temas institucionais, ou seja, com citações diretas ao Ministério Público do Rio Grande do Sul ou indireta, quando a instituição não é citada, mas o assunto é da sua competência.

#### **4.3.4. DISPONIBILIZAÇÃO DO MATERIAL:**

a) Todo o conteúdo clipado deve ser disponibilizado em página da web mantida em servidor da Contratada (compatível com desktop e mobile), em local de acesso exclusivo para o Ministério Público do Rio Grande do Sul, 24 horas por dia, incluindo sábados,





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

domingos e feriados, para consulta simultânea dos servidores indicados pela Assessoria de Imprensa.

b) A contratada também deverá disponibilizar APP compatível com iOS e Android. O aplicativo deverá reunir o conteúdo do clipping, disponibilizando a Análise de Mídia, textos, PDFs, áudios e vídeos. Oferecer navegação rápida e serviço de avisos por mensagens ("pushes") com as atualizações – serviço esse que pode ser desabilitado a qualquer momento pelo usuário.

c) O aplicativo deverá permitir configurar horários temporários ou permanentes em que o usuário não que receber alertas.

d) O acesso ao portal da Contratada deve ser feito por meio de *login* e senha fornecidos à Assessoria de Imprensa.

e) Todo o conteúdo clipado deve ser organizado por data, veículo, manchete, página, tempo de duração da matéria, classificação de sentimento (positiva/neutra/negativa), horário de veiculação e horário de disponibilização no site.

f) O material clipado deverá ser disponibilizado nos formatos de texto em html e fac-símile da página original em PDF (mídia impressa e sites).

g) O serviço deverá oferecer mecanismos de busca por, no mínimo, palavras, datas e veículos.

h) As áreas de publicação do clipping nas versões desktop, mobile e APP deverão dispor de recursos de compartilhamento das notícias.

i) A ferramenta deverá dispor de recurso de envio direto ou através de agendamento da newsletter pelo WhatsApp, independentemente do número de matérias, com links (URLs encurtadas) para o conteúdo completo.

#### 4.3.5. SINOPSE DIÁRIA:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- a) A contratada deverá encaminhar de segunda a sexta-feira, até às 7 horas, para os endereços eletrônicos fornecidos pela Assessoria de Imprensa, uma sinopse com todas as matérias veiculadas nos jornais impressos do dia.
- b) O conteúdo deverá ser organizado começando pelos assuntos mais importantes até os de menor relevância.
- c) O profissional responsável pela sinopse deverá ter capacidade de interpretar notícias com viés positivo, neutro ou negativo (que possam gerar crises de comunicação).
- d) Quando um mesmo assunto for publicado em mais de um veículo, o profissional responsável pela redação da sinopse deverá fazer essa referência e interpretar as diferenças de tratamento dado à matéria, apontando as críticas e conteúdos negativos que merecem uma ação rápida.
- e) Considerando as peculiaridades dos serviços, o profissional responsável pela sinopse deverá ter formação em Jornalismo, comprovada através de apresentação, pela contratada, de cópia do diploma e registro profissional (jornalista) do Ministério do Trabalho e Emprego.
- f) Além do conteúdo veiculado na mídia impressa do dia, a sinopse deverá contemplar as matérias veiculadas nas demais mídias nas últimas 24 horas.

10

#### **4.3.6. ANÁLISE DE MÍDIA:**

- a) A Contratada deverá enviar, até o dia 2 de cada mês, relatório de Análise de Mídia, com as matérias publicadas no mês anterior, com identificação de centimetragem e minutagem, como condição para o recebimento provisório.
- b) Os relatórios devem conter descritivos específicos do número de inserções (quantitativa) e de abordagens positivas, neutras e negativas (qualitativa), além do valor atribuído a elas, com base na tabela comercial que as publicou (valorativa).
- c) Também deverá disponibilizar a métrica de visibilidade do público-alvo, a partir de pesos atribuídos aos veículos e às matérias, conforme o espaço ocupado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- d) Cada veículo terá um peso de 1 a 10 e as matérias também terão pesos de 1 a 10, conforme a visibilidade conquistada na página do jornal ou o horário de veiculação em rádio e televisão.
- e) O cálculo da visibilidade será feito a partir da soma do peso do veículo com o peso da matéria e dividido por 2 (dois).
- f) O relatório deverá vir acompanhando de um texto analítico produzido por um jornalista que tenha capacidade de apontar riscos e oportunidades de estratégias de comunicação.
- g) A Contratada deverá disponibilizar à Assessoria de Imprensa uma ferramenta que permita o cruzamento de dados, como por exemplo comparar o que colunistas de diferentes veículos estão publicando sobre o Ministério Público do Rio Grande do Sul. Também deverá ser possível efetuar a comparação entre diferentes mídias.

#### **4.3.7. CADASTRO DE PAUTAS**

- a) A Contratada deverá disponibilizar uma ferramenta de cadastro de pautas produzidas pela Assessoria de Imprensa.
- b) A partir do cadastro de pautas, o sistema de clipping deverá oferecer a possibilidade de associá-las ao conteúdo veiculado na mídia.
- c) A ferramenta deverá permitir a associação de múltiplas pautas a uma mesma matéria.
- d) As matérias publicadas no portal do clipping deverão dispor de recurso para identificar as que já foram revisadas pela Assessoria de Imprensa, mesmo que não tenham sido associadas às pautas.
- e) A ferramenta deverá gerar relatórios informando quais matérias institucionais foram veiculadas de forma espontânea pelos veículos e quais foram provocadas pela Assessoria de Imprensa.
- f) O relatório de provocadas deve detalhar quantas matérias cada pauta produzida pela Assessoria de Imprensa gerou e quais veículos a utilizaram.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- g) O relatório deverá conter gráficos exibindo quais pautas foram aproveitadas e quais foram rejeitadas pelos veículos.
- h) A ferramenta deverá permitir que os relatórios sejam gerados por períodos específicos, determinados no momento da consulta.

#### 4.3.8 VEÍCULOS MONITORADOS

##### 4.3.8.1 Conceito Geral

- a) O monitoramento deverá contemplar os veículos relacionados nesse Termo de Referência, observando que as emissoras de rádio e televisão deverão ser gravadas através da captação de seu sinal aberto ou por cabo e os jornais e revistas deverão ser clipados a partir de suas versões impressas.
- b) Não serão aceitos clipping feitos a partir do conteúdo parcial publicado nos sites dos jornais e das emissoras de rádio e televisão.
- c) A qualquer momento, a **Assessoria de Imprensa do Ministério Público do Rio Grande do Sul** poderá fazer ajustes na lista de monitoramentos, incluindo, excluindo ou substituindo, em comum acordo com a empresa prestadora do serviço.

12

##### 4.3.8.2 Mídia Impressa:

- a) Jornal Impresso – Porto Alegre/RS

Correio do Povo, Diário Gaúcho, Jornal do Comércio, Zero Hora.

- b) Jornal Impresso – Interior RS

**Alegrete** > Gazeta de Alegrete | **Bagé** > Minuano e Folha do Sul | **Bento Gonçalves** > Gazeta RS, Semanário e SerraNossa | **Cachoeira do Sul** > Jornal do Povo | **Cachoeirinha** > Folha de Cachoeirinha | **Canela** > Folha de Canela | **Canoas** > Diário de Canoas e O Timoneiro | **Carazinho** > Diário da Manhã | **Caxias do Sul** > Pioneiro | **Dois Irmãos** > Jornal Dois Irmãos | **Erechim** > Bom Dia | **Gramado** > Jornal de Gramado | **Gravataí** > Jornal de Gravataí | **Ijuí** > Jornal da Manhã | **Ivoti** > O Diário | **Lajeado** > A Hora e O Informativo do Vale | **Montenegro** > Jornal Ibiá | **Novo Hamburgo** > ABC, Jornal NH e Exclusivo | **Osório**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

> Momento | **Passo Fundo** > Diário da Manhã e O Nacional | **Pelotas** > Diário da Manhã e Diário Popular | **Rio Grande** > Jornal Agora | **São Leopoldo** > Jornal VS | **Santa Cruz do Sul** > Gazeta do Sul e Riovale Jornal | **Santana do Livramento** > A Plateia | **Santa Maria** > Diário de Santa Maria | **Santo Ângelo** > A Tribuna e Jornal das Missões | **Santo Antônio da Patrulha** > Folha Patrulhense | **Uruguaiana** > Cidade e Diário da Fronteira | **Venâncio Aires** > Folha do Mate e Olá Jornal | **Vera Cruz** > O Arauto

c) Jornal Impresso – Outros Estados

**Brasília/DF** > Correio Braziliense | **Rio de Janeiro/RJ** > O Globo | **São Paulo/SP** > Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Valor Econômico.

d) A Contratada deverá apresentar os contratos de licenciamento com os jornais Correio Braziliense e O Estado de São Paulo em três dias a contar do início da vigência do contrato.

e) Para os jornais Folha de São Paulo e Valor Econômico basta clipar a manchete da matéria, com o link para o conteúdo original nos sites dos veículos.

f) Revista Impressa

Amanhã, Carta Capital, Época, Época Negócios, Exame, Istoé, Istoé Dinheiro, PressAdvertising, Veja e Voto.

#### 4.3.8.3 Rádio:

a) Porto Alegre/RS

Atlântida FM 94,3 MHz | Bandeirantes FM 94,9 MHz | BandNews FM 99,3 MHz | CBN AM 1340 kHz | Farroupilha AM 680 kHz | FM Cultura 107,7 MHz | Gaúcha FM 93,7 MHz | Guaíba FM 101,3 MHz | Mix FM 107,1 MHz | Pampa FM 97,5 MHz | GreNal 95,9 MHz.

b) Interior/RS

**Bagé** > Difusora FM 103,9 MHz | **Bento Gonçalves** > Oi FM 92,5 MHz | **Cachoeira do Sul** > Rádio Vale FM 96,5 MHz e Fandango FM 102,5 MHz | **Camaquã** > Acústica FM 97,7 MHz | **Caxias do Sul** > Caxias FM 93,5 MHz, Gaúcha Serra FM 102,7 MHz e Tua Rádio São



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Francisco AM 560 kHz | **Cruz Alta** > Cruz Alta AM 1140 kHz | **Novo Hamburgo** > ABC AM 900 kHz | **Lajeado** > Independente FM 91,7 MHz | **Passo Fundo** > Planalto News FM 92,1 MHz > Uirapuru 102,5 MHz | **Pelotas** > Universidade AM 1160 kHz | **Rio Grande** > Gaúcha Zona Sul FM 102,1 MHz | **Santa Cruz do Sul** > Gazeta FM 107,8 MHz | **Santa Maria** > Gaúcha Santa Maria FM 105,7 MHz | **Santana do Livramento** > RCC FM 95,3 MHz | **Uruguaiana** > Charrua AM 1140 kHz

#### 4.3.8.4 Televisão:

##### a) Porto Alegre/RS

Band TV (Canal 10.1) | RDCTV (Canal 524 da Net) | RBS TV-Rede Globo (Canal 12.1) | SBT (Canal 5.1) | TV Pampa-Rede TV (Canal 4.1) | TV Record (Canal 2.1) | TVE (Canal 7.1) | Bah! (Canal 520 da Net) | Ulbra TV (Canal 48.1) | TV Assembleia | TV Câmara POA | CNN Brasil | GloboNews.

##### b) Interior/RS

RBS TV (Em Bagé, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa e Uruguaiana).

#### 4.3.8.5 Mídia Digital - Internet:

##### a) Portais, Sites e Blogs

Affonso Ritter, Blog do Diego, Clesio, Blog do Gerson, Blog do Juarez, Coletiva, Correio do Povo.com, Espaço Vital, Felipe Vieira, Fernando Albrecht, GauchaZH, G1, Jornal do Comércio.com, Leouve, Petrus News, Políbio Braga, Ponto Critico, Prévidi, Rafael Nemitz, Ricardo Orlandini, Rogério Mendelski, CristalVox, Terra, UOL, Vide Versus, CNN Brasil, El Pais e os principais portais de conteúdo jornalístico e de opinião do RS.

##### b) Redes Sociais

Facebook, Instagram, X e Youtube

#### 4.3.9 CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- a) Durante a vigência do contrato, a Contratada deve manter, sem ônus para a Contratante, estrutura de captação em Porto Alegre/RS e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da Contratante;
- b) Gravar o sinal via antena/cabo das emissoras de rádio e televisão.
- c) Disponibilizar profissionais de forma urgente para participar de reuniões e/ou atender demandas que necessitem a presença de seu representante.
- d) O responsável técnico indicado no processo licitatório para o atendimento da conta do Ministério Público do Rio Grande do Sul e que manterá contato com a Assessoria de Imprensa para identificar temas de interesse e atender à avaliação do serviço prestado deverá ter formação em Jornalismo, comprovada através da apresentação de cópia do diploma e do registro profissional (jornalista) do Ministério do Trabalho e Emprego em até três dias a contar do início da vigência do contrato.
- c) O profissional responsável pela sinopse deverá possuir a mesma habilitação do responsável técnico indicado pela Contratada.
- d) Dispor de serviço de atendimento 24 horas, 07 dias por semana.
- e) O atendimento deve estar disponível através de ferramenta de chamados, telefone, WhatsApp e por e-mail.
- f) Sempre que necessário o atendimento deverá ser presencial.
- g) As solicitações de atendimento presencial poderão ser agendadas com até 1 hora de antecedência.
- h) O sistema de clipping deverá ser intuitivo e oferecer todos os recursos previstos neste Termo de Referência.
- i) Todas as matérias de interesse do Ministério Público do Rio Grande do Sul serão clipadas, ou seja, selecionadas e digitalizadas diariamente dos veículos de comunicação relacionados no item 5. A Assessoria de Imprensa fornecerá lista de palavras-chaves e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

temas de seu interesse, a fim de subsidiar o acompanhamento, seleção e edição das matérias jornalísticas.

j) A critério da Contratante, a lista poderá ser alterada, com inclusão ou exclusão de palavras-chaves para a seleção de matérias.

l) As matérias clipadas dos veículos relacionados nesse Termo de Referência deverão ser enviadas, após sua veiculação, conforme o disposto no item 4.3.2, para os e-mails cadastrados pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, organizadas em uma newsletter com links para a página da web, onde o conteúdo está hospedado, diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

m) A lista de veículos monitorados poderá sofrer ajustes a qualquer momento em comum acordo entre a Assessoria de Imprensa do Ministério Público do Rio Grande do Sul e a empresa prestadora do serviço.

16

#### 4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):

☐ Foram adotados

☒ Não foram adotados

A contratação refere-se a um serviço digital, prestado integralmente por meio de plataforma online, sem fornecimento de bens físicos ou cadeia produtiva material. Por isso, não foram vislumbrados critérios formais de sustentabilidade. Ainda assim, o modelo digital já contribui indiretamente para práticas sustentáveis, como a redução de deslocamentos e do uso de papel.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1 Exigências legais

☒ Foram verificadas e não existem para o objeto.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- ☐ Há exigências legais.

## 5.2 Garantia de execução do contrato

- Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.
- ☐ Será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no contrato, computado sobre o valor anual do contrato.

5.2.1 Quaisquer das modalidades de garantia que a contratada optar deverão ser apresentadas antes da assinatura do contrato, devendo ser apresentadas no prazo de 1 mês a contar da homologação.

5.2.2 A garantia, dentre outras regras constantes do contrato, assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

5.2.3 A modalidade seguro-garantia e a carta-fiança somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

## 5.3 Outros documentos que antecedem o início da prestação dos serviços (a exemplo de ARTs, listagem de funcionários, etc):

- Não existem outros documentos necessários à execução do serviço
- ☐ Existem outros documentos necessários à execução do serviço.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 5.4 Programa de Integridade

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

### 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 6.1 Prova de material decorrente da prestação do serviço:

- ☒ Não há material/produto a ser entregue
- ☐ Sim

#### 6.2 Início da execução:

- ☒ Haverá uma ordem de serviço para todo o contrato
- ☐ Haverá várias ordens de serviço, sob demanda, durante a execução do contrato

18

6.3 Prazo de execução dos serviços: A prestação do serviço inicia-se em dois dias a contar da ordem de serviço emitida pela Assessoria de Imagem do MPRS, devendo observar os prazos previstos no item 4.3.2.

#### 6.4 Local de prestação dos serviços:

O serviço será prestado na própria empresa.

6.5 Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

6.5.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, a contratada será notificada para, no prazo de dois dias, solucionar os problemas apontados.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 6.6 Subcontratação:

É vedada a subcontratação.

#### 6.7 Garantia do serviço

O prazo de garantia é o estabelecido na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):  
30 dias para serviços não duráveis e 90 dias para serviços duráveis.

### 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

#### 7.1 A prestação do serviço será formalizada:

- ☐ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato
- ☒ Contrato

19

7.2 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A execução do contrato será coordenada pelo Gestor do contrato (ou, na falta deste, por seu substituto), bem como acompanhada e fiscalizada pelo fiscal (ou seu substituto).

#### 7.4.1 Responsáveis:

a) Gestor: Unidade de Gestão de Contratos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- b) Gestor substituto: Unidade de Gestão de Contratos
- c) Fiscal: Flávia da Silva Kampff Bortolanza, e-mail [imagem@mprs.mp.br](mailto:imagem@mprs.mp.br), telefones (51) 3295-1190 e (51) 99816-3275;
- d) Fiscal substituto: Rafael Sanches Guerra, e-mail [imagem@mprs.mp.br](mailto:imagem@mprs.mp.br), telefone (51) 3295-1427.

7.4.2 O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

20

7.4.4 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotará no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 7.5 Obrigações gerais da contratada:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) manter preposto no local do serviço, aceito pela Administração;
- j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

## 7.6 Sanções:

7.6.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 0,5% sobre o valor mensal do contrato por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência
- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

## 7.6.2 Sanções específicas

- ☒ Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.
- ☐ Existem sanções específicas vinculadas ao objeto.

23

7.6.3 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

## 8. CRITÉRIO DE MEDIAÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Avaliação de Resultados por meio de critérios específicos:

Não haverá avaliação da execução por instrumento de medição de resultado (IMR).

8.2 Recebimento:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

8.2.1 Haverá recebimento dos serviços, de acordo com a ordem de serviço emitida, conforme abaixo:

- a) provisoriamente, na data da entrega do relatório de análise de mídia, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até cinco dias após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

8.2.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

8.2.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

### 8.3 Pagamento

8.3.1 Documentos remetidos juntamente com a nota fiscal:

- ☒ Não haverá
- ☐ Sim, haverá

25

---

8.3.2 O documento fiscal deverá ser apresentado:

- ☒ Mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços, após o recebimento definitivo
- ☐ Após o recebimento definitivo
- ☐ Misto

8.3.2.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.3.2.2 A Nota fiscal deverá ser enviada:

- a) Aos cuidados de: Flávia da Silva Kampff Bortolanza
- b) Endereço de e-mail: [imagem@mprs.mp.br](mailto:imagem@mprs.mp.br)
- c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: (51) 3295-1190 ou (51) 99816-3275



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

8.3.3 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.3.4 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.3.5 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3.6 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização da nota fiscal.

26

8.3.7 Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.3.8 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.3.9 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.3.10 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

8.3.11 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.3.11.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se feito).

8.3.11.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3.11.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

27

## 9. PROTEÇÃO DE DADOS

O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).

## 10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR



Ministério Público  
do Rio Grande do Sul

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80 - 14º andar Torre Norte  
Bairro Praia de Belas - 90.050-190 - Porto Alegre/RS  
Fone: (51) 3295-1190 E-mail: gabcom@mprs.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

## 10.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

### 10.1.1 Critério de julgamento

- ☒ Menor preço global
- ☐ Menor preço unitário

### 10.1.2 Parcelamento do Objeto

- ☐ Há parcelamento do objeto.
- ☒ Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte (itens ou lotes).

Justificativa: Devido à natureza integrada e contínua do serviço de monitoramento e clipping, o parcelamento comprometeria a uniformidade da análise e dificultaria a comparação entre os órgãos. O agrupamento em lote único garante eficiência, economicidade e melhor gestão contratual.

28

## 10.2 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06
- ☐ O tratamento diferenciado observa regra de mercado ou exceção legal:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

### 10.3 EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

#### 10.3.1 Carta de Solidariedade

- Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor)

29

#### 10.3.2 Laudos e Declarações

- Não serão exigidos laudos e declarações.
- ☐ Serão exigidos laudos e declarações.

### 10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 10.4.1 Será exigida a seguinte qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

- ☐ Profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.

Justificativa: A apresentação de atestado de capacidade técnica visa assegurar que a licitante possua experiência comprovada na execução de serviços de monitoramento e clipping de matérias jornalísticas, abrangendo tanto meios tradicionais (como rádio, televisão e mídia impressa) quanto digitais (portais de notícias, redes sociais e demais plataformas online). Considerando a natureza estratégica e sensível das informações envolvidas, é essencial que a empresa contratada demonstre domínio técnico, infraestrutura adequada e histórico de atuação em serviços de complexidade equivalente ou superior. O atestado serve como instrumento de verificação da aptidão da licitante para realizar o acompanhamento contínuo, a coleta precisa e a entrega tempestiva de conteúdos jornalísticos, garantindo confiabilidade e qualidade na prestação do serviço. Essa medida contribui para a mitigação de riscos operacionais, assegura a conformidade com os objetivos do contrato e reforça a transparência e a competitividade no processo licitatório.

30

- Visita técnica ou vistoria.
- Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial.
- Registro ou inscrição na entidade profissional competente.
- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Declaração de que possui ou possuirá, no momento da contratação, profissional com formação em jornalismo e registro profissional válido (DRT – MTB), que será o responsável técnico pela execução dos serviços.

Justificativa: considerando a natureza técnica e especializada dos serviços a serem contratados, é imprescindível assegurar que a execução ocorra com a devida competência, segurança e responsabilidade profissional. Para tanto, é necessário que a empresa contratada disponibilize profissional devidamente registrado no conselho de classe competente, conforme a área de atuação.

- Atestado de Capacidade Técnico-operacional - a licitante deverá apresentar atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, relativo à execução de serviço de monitoramento e clipping de matérias jornalísticas, com comprovação de monitoramento em meios tradicionais e digitais, conforme segue:

Meios tradicionais – monitoramento de matérias jornalísticas em, no mínimo:

- a) Jornal impresso: dois (2) dos veículos elencados no item 4.3.8.2.a e dois (2) dos veículos do item 4.3.8.2.b
- b) Rádio: cinco (5) dos veículos elencados no item 4.3.8.3
- c) Televisão: seis (6) dos veículos elencados no item 4.3.8.4

Meios digitais – monitoramento de matérias jornalísticas em, no mínimo:

- a) Portal de notícias: 11 dos portais de notícias elencados no item 4.3.8.5.a
- b) Redes sociais: dois (2) dos veículos dos elencados no item 4.3.8.5.b

Para fins de comprovação da experiência, os atestados deverão atender aos seguintes critérios:

- os atestados deverão ser referentes a contratos que tenham sido concluídos, ou estejam em execução há, no mínimo, um (1) ano.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Será admitido o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional, desde que todos se refiram a serviços compatíveis com o objeto da licitação e atendam, individual ou conjuntamente, aos requisitos mínimos exigidos quanto à abrangência, complexidade e tempo de execução.

#### 10.4.2 Qualificação técnica do subcontratado

☒ Não haverá

☐ Haverá

#### 10.5 PROVA DE CONCEITO

10.5.1. Antes da adjudicação e da homologação do pregão, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para disponibilizar para a Assessoria de Imprensa do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em até 01 (um) dia útil a contar da data da convocação, o sistema de clipping, de modo a comprovar a capacidade de prestação do serviço e o atendimento das funcionalidades básicas, conforme previsto neste Termo de Referência.

10.5.2. A licitante deverá disponibilizar o clipping, através de newsletter, que será disparada para os e-mails indicados pela Assessoria de Imprensa, observando os horários especificados no Item 3 deste Termo de Referência, e de acesso à plataforma web, durante 07 (sete) dias corridos.

10.5.3. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar que não comparecer para efetuar a Prova de Conceito será desclassificada.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10.5.4. Caso a solução não atenda às exigências será considerada inapta. Nesse caso, será convocada a próxima classificada para nova Prova de Conceito e assim sucessivamente até que uma das soluções participantes do certame atenda às exigências.

10.5.5. A metodologia utilizada para avaliar a qualidade do serviço prestado consistirá em observar, durante a Prova de Conceito, se os aspectos deste Termo de Referência foram cumpridos.

10.5.6. Durante a avaliação será preenchida **Planilha de Verificação de Conformidade (Anexo I – A)** que faz parte deste Termo de Referência.

10.5.7. Para avaliação, serão considerados obrigatórios o atendimento dos itens **1, 2, 3, e 4** da **Planilha de Verificação de Conformidade**. Nos itens **5, 6, 7 e 8** serão levadas em consideração somente as notícias que citarem diretamente o Ministério Público do Rio Grande do Sul ou seus integrantes, promotores e procuradores de Justiça. Para efetuar o cálculo, serão descartadas informações publicadas em veículos que não constem no item 5 do Termo de Referência.

33

10.5.8. A empresa será desclassificada do certame caso não atenda a qualquer um dos itens descritos como **obrigatórios** (1, 2, 3 e 4), bem como se não atender a **90%** dos itens 5, 6, 7 e 8 listados na Planilha de Verificação de Conformidade.

10.5.8. Todos os atos relativos à Prova de Conceito, incluindo comunicações, convocações, resultados, esclarecimentos e demais documentos correlatos, serão devidamente publicados no sistema eletrônico utilizado para o certame, de forma a assegurar a transparência e a ampla publicidade do procedimento.

## 10.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- Não haverá
- Comprovação de que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a até 10% do valor estimado da contratação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- ☐ Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro mínimo.

#### 10.7 CONSÓRCIO

- Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

#### 11. ESTIMATIVA DO VALOR

11.1 O valor estimado mensal para a contratação é de R\$ 16.567,33 (dezesesseis mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e três centavos), totalizando o valor estimado anual de R\$ 198.807,96 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e sete reais e noventa e seis centavos).

34

11.2 O orçamento-base foi elaborado com data de referência em 14 de outubro de 2025.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANEXO I – A

PROVA DE CONCEITO			
PLANILHA DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE			
Contratação de Serviço de Monitoramento de Notícias sobre o Ministério Público do Rio Grande do Sul e			
EMPRESA LICITANTE:		CNPJ:	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO:			
N.	Descrição	CONFORMIDADE	
		Sim	Não
1	Respeito ao período de realização da Prova de Conceito estipulado neste Edital e seus Anexos.		
2	Pontualidade e assiduidade na entrega dos e-mails diários (newsletters).		
3	Cumprimento da Descrição e da Metodologia do Serviço em atendimento ao item 3		
4	Envio de sinopse das notícias com citação direta ao MPRS ou seus integrantes, promotores e procuradores de Justiça, publicadas nos jornais impressos do dia e das matérias veiculadas em rádio, televisão e internet nas últimas 24 horas.		
5	Envio de, no mínimo, 90% (noventa por cento) do conteúdo INSTITUCIONAL veiculado em Rádio.		
6	Envio de, no mínimo, 90% (noventa por cento) do conteúdo INSTITUCIONAL veiculado em Televisão.		
7	Envio de, no mínimo, 90% (noventa por cento) do conteúdo INSTITUCIONAL veiculado em Internet.		
8	Envio de, no mínimo, 90% (noventa por cento) do conteúdo INSTITUCIONAL veiculado em Mídia Impressa.		
9	Possibilidade de enviar diretamente ou através de agendamento <b>newsletters</b> do clipping através do WhatsApp.		



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10	APP compatível com iOS e Android, reunindo o conteúdo do clipping, disponibilizando a Análise de Mídia, textos, PDFs, áudios e vídeos. Possibilidade de configurar avisos por mensagens (pushes) e escolher a faixa de horário que não quer receber alertas.		
11	Ferramenta para cadastro de pautas produzidas e posterior associação com as matérias do clipping, gerando relatórios com matérias espontâneas e provocadas, além do número de pautas aproveitadas.		
12	A Licitante deverá enviar, imediatamente após o período de 7 (sete) dias de testes, relatório das matérias publicadas, identificando a centimetragem e a minutagem, com descritivos específicos do número de inserções (quantitativa) e de abordagens positivas, neutras e negativas (qualitativa), além do valor atribuído a ela, com base na tabela comercial do veículo que a publicou (valorativa) e visibilidade pelo público-alvo.		